



Uma empresa CPFL Energia

CONTRATO Nº 27 | 2018 | 2600 -TB

Processo nº: 080 | 2013 -TB

N.º 100002647



## CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE REDE

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **RIO GRANDE ENERGIA S.A.**, sociedade estabelecida na Rua Mário de Boni, 1902, Bairro Floresta, CEP 95012-580, Caxias do Sul/RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF, sob n. 02.016.439/0001-38, neste ato, representada na forma de seus atos constitutivos, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is) / procurador(es), doravante denominada simplesmente **RGE**.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.**, sociedade estabelecida na SIG, quadra 04, bloco A, salas 201 à 224, Ed. Capital Financial Center, Setor de Indústrias Gráficas, CEP 70.610-440, cidade Brasília/DF, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF, sob n. 00.336.701/0001-04, neste ato, representada na forma de seus atos constitutivos, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is) / procurador(es), doravante denominada simplesmente **OCUPANTE**.

### Considerando que:

- (i) A **RGE** é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, e, portanto, é titular das redes instaladas em toda sua área de concessão.
- (ii) A **RGE** cederá para **OCUPANTE** a sua **INFRAESTRUTURA**, mediante a remuneração e as condições previstas no **CONTRATO**.
- (iii) A assinatura do **CONTRATO** pelas **PARTES**, não garante à **OCUPANTE** o direito de ocupação da **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, devendo, previamente a qualquer ocupação, submeter para aprovação da **RGE** o correspondente **PROJETO TÉCNICO**.

Resolvem as **PARTES** celebrar o **CONTRATO** de Compartilhamento de **INFRAESTRUTURA** de Rede - **CONTRATO**, nos termos e condições aqui consignados.

### CONCEITOS BÁSICOS

1.1. Para os termos abaixo mencionados no **CONTRATO**, as **PARTES** estabelecem as seguintes definições:

"**ATIVOS**": todos os cabos, fios, fibra óptica, cordoalhas e/ou equipamentos, de qualquer natureza, de propriedade da **OCUPANTE**, instalados na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**.

"**AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**": documento de porte obrigatório pela **OCUPANTE** para execução de qualquer obra na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, emitido por esta distribuidora concomitantemente à liberação do **PROJETO TÉCNICO** apresentado pela **OCUPANTE**, nos termos do **CONTRATO**.

"**CONTRATO**": o presente **CONTRATO** de Compartilhamento de **INFRAESTRUTURA** celebrado entre a **OCUPANTE** e a **RGE**.

"**RGE**": concessionária de serviço público de energia elétrica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, a uma **INFRAESTRUTURA** de rede de energia elétrica, ora



Uma empresa CPFL Energia

designada **INFRAESTRUTURA**.

"**GESTOR COMERCIAL DO CONTRATO**": profissional indicado por cada uma das **PARTES** para responder e responsabilizar-se comercialmente perante a outra **PARTE**, durante a vigência do **CONTRATO**.

"**GESTOR TÉCNICO DO CONTRATO**": profissional indicado por cada uma das **PARTES** para responder e responsabilizar-se tecnicamente perante a outra **PARTE**, durante a vigência do **CONTRATO**.

"**INFRAESTRUTURA**": postes do sistema de distribuição de energia elétrica aéreo, de propriedade da **RGE**.

"**OCUPAÇÃO DE POSTES**": compartilhamento de postes da **INFRAESTRUTURA** da **RGE** por outra empresa, ora denominada **OCUPANTE**.

"**OCUPANTE**": pessoa jurídica detentora da concessão, autorização, licença ou permissão para explorar serviços de telecomunicações (telefonia, comunicação, TV a cabo, transmissão de dados, etc.), que compartilha a **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, nos termos e condições estabelecidos no **CONTRATO**.

"**PROJETO TÉCNICO**": projeto que deve ser previamente apresentado pela **OCUPANTE** à **RGE** para ocupação de sua **INFRAESTRUTURA**, via site de projetos particulares. Caso seja liberado pela **RGE**, a **OCUPANTE** poderá lançar seus **ATIVOS**. O **PROJETO TÉCNICO**, para ser aprovado/liberado, deve estar, dentre outros requisitos: (i) em plena conformidade com as normas técnicas aplicáveis e vigentes; e (ii) condicionado à existência de espaço disponível no(s) poste(s) pretendido(s).

"**PONTO DE FIXAÇÃO**": ponto de instalação do suporte de sustentação mecânica dos **ATIVOS** da prestadora de serviços de telecomunicações dentro da faixa de ocupação do poste destinada ao compartilhamento.

"**FAIXA DE OCUPAÇÃO**": espaço nos postes e torres das redes aéreas de distribuição e transmissão de energia elétrica, nas torres de sistemas de telecomunicações de propriedade da **RGE** que são utilizadas para a prestação de serviços objeto da concessão ou permissão, nas galerias subterrâneas e nas faixas de servidão administrativa de redes de energia elétrica onde são definidos pela **RGE** os **PONTOS DE FIXAÇÃO**, os dutos subterrâneos e as faixa de terreno destinadas ao compartilhamento com os agentes que podem ser classificados como **OCUPANTE**.

"**INTERESSE RESTRITO**": são considerados **OCUPANTES** de **INTERESSE RESTRITO** a pessoa jurídica titular de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de energia elétrica; administração pública direta ou indireta; ou demais interessados que celebrem **CONTRATO** de Compartilhamento com a **RGE**.

"**OCUPAÇÃO À REVELIA**": ocupação da **INFRAESTRUTURA** que não conste de **PROJETO TÉCNICO** previamente aprovado pela **RGE**, mesmo que o **OCUPANTE** tenha **CONTRATO** vigente com a **RGE**. **PONTOS DE FIXAÇÃO OCUPANTE PROJETO TÉCNICO OCUPANTE CONTRATO INFRAESTRUTURA**

"**OCUPAÇÃO CLANDESTINA**": situação na qual ocorre a **OCUPAÇÃO À REVELIA** de



Uma empresa CPFL Energia



**INFRAESTRUTURA** sem que haja **CONTRATO** de Compartilhamento vigente com a **RGE** ou quando o proprietário do(s) ativo(s) não tenha sido identificado após prévia notificação da **RGE** a todos os ocupantes com os quais possui Contrato de Compartilhamento.

**"TERMO DE CONSTATAÇÃO"**: documento padrão emitido e assinado, no ato da constatação, por qualquer engenheiro, técnico ou eletricitista ligados direta ou indiretamente à **RGE**, que identifique quaisquer cabos e/ou equipamentos irregulares instalados na **INFRAESTRUTURA**. Este documento é considerado meio de prova para comprovação da existência da irregularidade em ativos da **OCUPANTE**.

## 2. DO OBJETO DO CONTRATO

**2.1.** O **CONTRATO** tem por objetivo ceder à **OCUPANTE**, a título oneroso e em caráter não exclusivo, a utilização de determinados **PONTOS DE FIXAÇÃO**, aprovados pela **RGE** no(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** apresentado(s) pela **OCUPANTE**, disponíveis na **INFRAESTRUTURA** de propriedade da **RGE**, para a instalação de **ATIVOS** necessários para a transmissão de voz, dados ou imagens, visando à interligação de **PONTOS DE FIXAÇÃO** localizados na área de concessão da **RGE**.

**2.2.** Integra o **CONTRATO**, como se nele estivesse transcrito, o seguinte anexo:

- ANEXO I – Lista de Municípios de atuação da **OCUPANTE**
- ANEXO II – Ato de Outorga expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL à **OCUPANTE** para exploração dos serviços de telecomunicações

## 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**3.1.** A **OCUPANTE** está ciente e concorda que o compartilhamento objeto do **CONTRATO** deve, em qualquer hipótese, observar integralmente a legislação e normas técnicas vigentes e aplicáveis. O compartilhamento objeto do **CONTRATO**, está sujeito às seguintes legislações, instrumentos e demais normas jurídicas e técnicas, no que forem aplicáveis, tais como, mas não se limitando a:

- I Lei n.º 9472, de 16 de Julho de 1997.
- II Resoluções Conjuntas ANEEL/ANATEL/ANP n.º 001, 002 e 004, e eventuais Resoluções supervenientes.
- III Resolução Normativa ANEEL 581 de 29 de outubro de 2002.
- IV Resolução Normativa ANEEL 797, de 12 de dezembro de 2017.
- V Norma ABNT NBR 15214/2005 – Rede de Distribuição de Energia Elétrica – Compartilhamento de Infraestrutura com Redes de Telecomunicações.
- VI Norma ABNT NBR 15688/2009 – Rede de Distribuição Aérea de Energia Elétrica com Condutores Nus.
- VII Norma Técnica da **RGE** – GED nº 270 – Compartilhamento de Postes da Rede Elétrica para Telecomunicações e Demais ocupantes – (“Norma Técnica da **RGE** – GED nº 270”).
- VIII Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1.977 (Portaria 3.214, 8 de julho de 1.978), em especial a Norma Regulamentadora N. 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricitista (Portaria GM n.º 598, de 07 de dezembro de 2.004) e a Norma Regulamentadora N. 35 Trabalho em altura (Portaria SIT n.º 313, de 23 de março de 2012).



Uma empresa CPFL Energia

3.2. As normas técnicas da **RGE** estão disponíveis para consulta no site [www.rge-rs.com.br](http://www.rge-rs.com.br).

3.3. Quaisquer modificações supervenientes na legislação e ou normas técnicas aplicáveis ao objeto do **CONTRATO**, durante a sua vigência, serão automática e imediatamente aplicáveis, independentemente de aviso prévio ou comunicação por **PARTE** da **RGE**, cabendo à **OCUPANTE** tomar as medidas necessárias para o seu cumprimento, inclusive quanto aos custos correspondentes.

3.4. A alteração das normas técnicas e/ou normas relativas a procedimentos utilizados pela **RGE** para o compartilhamento da sua **INFRAESTRUTURA**, durante a vigência do **CONTRATO**, deverão ser observadas pela **OCUPANTE**, que é a responsável pelo acompanhamento das atualizações realizadas, independentemente de qualquer comunicação prévia da **RGE**.

3.5. Além do rol exemplificativo referente à legislação aplicável ao compartilhamento, nos termos da Cláusula 3.1., a **OCUPANTE** também estará sujeita a eventual lei municipal, nos municípios em que atue, que regulamente o compartilhamento de infraestrutura de rede, devendo tomar todas as precauções e providências necessárias para atendimento da referida lei.

#### 4. DAS DECLARAÇÕES DA OCUPANTE

4.1. A **OCUPANTE**, neste ato, declara estar ciente e concordar com as seguintes condições para ocupação da **INFRAESTRUTURA** da **RGE**:

- I. A **INFRAESTRUTURA** deverá ser utilizada, prioritariamente, para a prestação dos serviços da **RGE**.
- II. A mera formalização do **CONTRATO** pelas **PARTES**, não garante à **OCUPANTE** o direito de ocupar os **PONTOS DE FIXAÇÃO** da **INFRAESTRUTURA** da **RGE**.
- III. A **OCUPANTE** somente terá o direito de ocupar os **PONTOS DE FIXAÇÃO** na **INFRAESTRUTURA**, após a apresentação e liberação do **PROJETO TÉCNICO** pela **RGE**, observadas as condições estabelecidas no **CONTRATO**.
- IV. É vedada a **OCUPAÇÃO À REVELIA** e a **OCUPAÇÃO CLANDESTINA** dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** pela **OCUPANTE**.
- V. São abrangidos pelo **CONTRATO** somente os **PONTOS DE FIXAÇÃO** em postes discriminados nos **PROJETOS TÉCNICOS** liberados pela **RGE**, que passam a fazer **PARTE** integrando do escopo do **CONTRATO**.
- VI. Caso não se manifeste como proprietária de ativos não identificados na **INFRAESTRUTURA**, após comunicação prévia realizada pela **RGE**, via e-mail, sua situação será considerada como **OCUPAÇÃO CLANDESTINA**, estando os seus **ATIVOS**, sujeitos a retirada, por parte da **RGE**, nos termos da legislação vigente.
- VII. As equipes técnicas da **OCUPANTE** somente poderão executar obras e/ou fazer quaisquer lançamentos de **ATIVOS** na **INFRAESTRUTURA** da **RGE** se estiverem portando a **AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE COMPARTILHAMENTO**, sob pena da **RGE** requerer a imediata paralisação dos lançamentos e/ou obras.
- VIII. A **OCUPANTE** garantirá a solidez das obras de travessia que executará e, desde já, obriga-se a refazer ou corrigir, às suas expensas, os serviços que tenham sido executados com erro, imperfeição técnica, mediante solicitação da **RGE**, ou, assim em caso de determinação pela ANTT ou qualquer outro órgão público competente.



Uma empresa CPFL Energia



- IX. A não regularização pela **OCUPANTE** de não conformidades constadas pela **RGE**, no prazo concedido para tanto em comunicado específico nesse sentido, poderá acarretar, a critério da **RGE**, a remoção de **ATIVOS**, independentemente de novo comunicado por **PARTE** da **RGE**.
- X. A **OCUPANTE** reconhece que a **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, tem como prioridade a distribuição de energia elétrica, devendo utilizá-la de forma responsável, em estrita observância ao estabelecido no **CONTRATO**.
- XI. A **OCUPANTE** é única e exclusivamente responsável perante a **RGE** para o integral cumprimento do **CONTRATO**, ainda que a **OCUPANTE** contrate empreiteiras e/ou prestadores de serviços para realizar obras na **INFRAESTRUTURA** e/ou para executar quaisquer serviços relacionados ao objeto do **CONTRATO**.

## 5. DA VIGÊNCIA

**5.1.** O **CONTRATO** terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data da sua assinatura.

**5.2.** Caso a **OCUPANTE**, na data de assinatura do **CONTRATO**, seja enquadrada como "Agente pela Resolução Conjunta nº 001, de 24 de novembro de 1999, as **PARTES** acordam que, nos termos do disposto no art. 16 desta, a eficácia do **CONTRATO** estará condicionada à sua homologação pela **ANEEL**.

**5.2.1.** Considerando o *caput* desta Cláusula, a **OCUPANTE** não poderá executar quaisquer obras na **INFRAESTRUTURA** até a efetiva homologação do **CONTRATO** pela **ANEEL**. Desta forma, a eficácia do **CONTRATO** estará sujeita a condição suspensiva, de acordo com o disposto no art. 125, do Código Civil vigente, resolvendo-se pleno direito, sem qualquer ônus para quaisquer das **PARTES**, em caso de sua não homologação pela **ANEEL**.

## 6. DA REMUNERAÇÃO, RESSARCIMENTOS, TRIBUTOS E DEMAIS CONDIÇÕES COMERCIAIS

**6.1.** As **PARTES** acordam que o preço unitário do **PONTO DE FIXAÇÃO** corresponde à R\$ 12,20 (doze reais e vinte centavos) a contar da competência de junho/2018.

**6.1.1.** As **PARTES** declaram que consideram justo e suficiente o preço unitário por **PONTO DE FIXAÇÃO** previsto no *caput* desta Cláusula.

**6.2.** O valor mensal devido pela **OCUPANTE** à **RGE** será o montante resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade total de **PONTOS DE FIXAÇÃO** referenciados no(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** liberados(s) pela **RGE** no mês de competência do faturamento.

**6.3.** A cobrança dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** será devida, automaticamente, no faturamento do mês subsequente ao da liberação do **PROJETO TÉCNICO** pela **RGE**, com base na quantidade total de **PONTOS DE FIXAÇÃO** aprovados, independentemente da **OCUPANTE** solicitar a inspeção da ocupação pela **RGE**.

**6.4.** A **OCUPANTE** deverá ressarcir a **RGE** por todos os custos incorridos com remoções e regularizações de **ATIVOS** irregulares da **OCUPANTE**, podendo requerê-la mediante a



Uma empresa CPFL Energia

emissão de documento de cobrança em nome da **OCUPANTE**, em conformidade com os termos da Resolução Normativa ANEEL n.º 797/2017.

**6.5.** Em caso de remoção ou desocupação de **PONTOS DE FIXAÇÃO**, a **OCUPANTE** deverá realizar a comunicação por escrito para a **RGE**, para que proceda a adequação da quantidade de **PONTOS DE FIXAÇÃO** utilizados para fins de cobrança, no mês subsequente ao da comunicação. Enquanto não houver a formalização de comunicação neste sentido pela **OCUPANTE**, não haverá a obrigatoriedade para a **RGE** adequar a quantidade de **PONTOS DE FIXAÇÃO** para fins de cobrança, nos termos desta Cláusula.

**6.6.** O documento de cobrança será encaminhado à **OCUPANTE**, considerando a totalidade dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** aprovados nos **PROJETOS TÉCNICOS** liberados pela **RGE**.

**6.7.** Toda e qualquer obrigação assumida pela **OCUPANTE** nos termos e em razão do **CONTRATO**, deverá ser paga até a sua data de vencimento, sob pena da **RGE** protestar o nome da **OCUPANTE**, independentemente de qualquer comunicação prévia.

**6.8** A **RGE** enviará o documento de cobrança para a **OCUPANTE** até o 15º (décimo quinto) dia do mês de competência, com vencimento para o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

**6.9.** As divergências, eventualmente havidas, não serão objeto de adiamento do faturamento e do pagamento, sendo os respectivos ajustes processados posteriormente.

**6.10.** Fica caracterizada a mora quando a **OCUPANTE** deixar de liquidar integral ou parcialmente qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

**6.11.** No caso de atraso no pagamento pela **OCUPANTE** de qualquer documento de cobrança emitido com base no **CONTRATO**, sobre as importâncias devidas serão cobrados os seguintes encargos:

- a) Atualização monetária pelo IPCA, se positivo, ou de outro índice que vier a substituí-lo em caso de sua extinção, ou índice que vier a ser acordado entre as **PARTES**, até a data do efetivo pagamento;
- b) Multa moratória de 2% (dois por cento) aplicada sobre o valor do débito.
- c) Juros de mora calculados sobre o valor do débito, que serão equivalentes a 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata die*.

**6.12.** Os tributos federais, estaduais e municipais, bem como os emolumentos ou quaisquer contribuições que forem instituídos, majorados ou aplicados após a assinatura do **CONTRATO**, e que vierem a ser devidos pela **RGE** em sua decorrência, serão repassados automaticamente ao preço unitário do **PONTO DE FIXAÇÃO**, precedentemente à aplicação de novo tributo e/ou majoração dos existentes.

**6.13.** Em caso de cobranças adicionais em razão e nos termos do **CONTRATO**, a **RGE**, a seu exclusivo critério, poderá emitir documentos de cobrança em separado ou documentos de cobrança com a discriminação de 02 (duas) parcelas, sendo uma referente ao uso dos **PONTOS DE FIXAÇÃO**, e, a outra, relativa às despesas necessárias às (i) modificações feitas nas instalações da **RGE**, para possibilitar o uso de postes, se houver; (ii) regularizações e/ou remoções de **ATIVOS** irregulares da **OCUPANTE**; e/ou (iii) quaisquer outros ressarcimentos ou



Uma empresa CPFL Energia



cobranças eventualmente devidas.

**6.14.** Eventualmente, caso seja constatada a necessidade, a **RGE**, poderá efetuar contagem da quantidade de **PONTOS DE FIXAÇÃO** utilizados pela **OCUPANTE**, procedendo-se à regularização/atualização das quantidades para efeito de faturamento mensal do compartilhamento.

**6.15.** Em caso de constatação de **OCUPAÇÃO À REVELIA**, em qualquer hipótese, independentemente das sanções e penalidades previstas no **CONTRATO**, a **RGE** poderá proceder a cobrança retroativa dos valores não faturados, considerando a quantidade de **PONTOS DE FIXAÇÃO** identificados e o seu preço unitário, e, não sendo possível identificar a data de ocupação, será considerado o período de 12 (doze) meses para efeito de cobrança retroativa pela **RGE**.

**6.16.** Eventuais penalidades ou qualquer outra determinação estabelecidas pelos Poderes Públicos Municipal, Estadual ou Federal para a mudança de qualquer Cláusula do **CONTRATO**, não poderão ser usadas como fundamento para o não pagamento dos faturamentos mensais do compartilhamento ou de qualquer outro débito.

## 7. DO REAJUSTE

**7.1.** O preço unitário do **PONTO DE FIXAÇÃO** será reajustado no mês de **junho do ano vigente** seguindo o mês base de reajuste do contrato assinado em 17/06/2013 e assim sucessivamente após decorridos 12 (doze) meses, sempre pela variação acumulada do IPCA ou em caso de sua extinção, pelo índice fixado pelo Governo Federal para o mesmo fim, ou outro índice a ser acordado oportunamente entre as **PARTES**.

**7.1.1.** As **PARTES**, de comum acordo, desde logo, convencionam que, caso durante a vigência do **CONTRATO** ou de suas prorrogações, a legislação vier a permitir que sejam efetuados reajustes em periodicidade inferior a um ano, o prazo para reajuste que vier a ser permitido, passará a ser adotado para os fins do disposto na Cláusula acima, automaticamente.

**7.1.2.** Na hipótese da variação do índice escolhido para o período resultar negativa, as **PARTES** acordam que não haverá reajuste dos valores, permanecendo como preço a ser pago o último valor então praticado.

## 8. OCUPANTES QUE JÁ POSSUEM INSTALAÇÕES NA INFRAESTRUTURA DA RGE

**8.1.** A **OCUPANTE** que já estiver instalada na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, deverá observar as seguintes condições:

- I. O **CONTRATO** substituiu qualquer outro documento formalizado entre as **PARTES**, anteriores a data de sua assinatura.
- II. As ocupações anteriores a data de assinatura do **CONTRATO**, devem se conformar aos termos aqui previstos, cabendo à **OCUPANTE** tomar as providências necessárias para adequação e regularização de sua ocupação.
- III. Todas as novas ocupações deverão observar o disposto no **CONTRATO**.
- IV. Caso sejam constadas quaisquer ocupações em desconformidade com o **CONTRATO** e/ou legislação aplicável, aplicar-se-á as regras aqui previstas.



Uma empresa CPFL Energia

- V. A **OCUPANTE** se compromete, a partir de solicitação formal da **RGE**, a fazer as mobilizações necessárias para execução de Planos de Regularização na **INFRAESTRUTURA** da **RGE** para a organização dos seus cabos e/ou equipamentos, conforme estabelecido nas normas aplicáveis e prazos acordados entre as **PARTES**.
- VI. A **OCUPANTE** poderá, por iniciativa própria, sugerir à **RGE** Planos de Regularização em regiões específicas, o que não invalida e nem substituiu o previsto no inciso acima ("V"). Tal Plano de Regularização deverá ser executado nos prazos acordados pelas **PARTES**, se conformar às normas vigentes e ser aprovado pela **RGE**.

## 9. DA SOLICITAÇÃO DE PONTOS DE FIXAÇÃO

9.1. Em qualquer hipótese, para utilização de **PONTOS DE FIXAÇÃO** pela **OCUPANTE**, deverá ser observado o seguinte procedimento, sob pena da ocupação ser considerada **OCUPAÇÃO À REVELIA** ou **OCUPAÇÃO CLANDESTINA**:

- I. A solicitação, pela **OCUPANTE**, de **PONTOS DE FIXAÇÃO** deve ser feita via internet, através do site da **RGE** ([www.rge-rs.com.br](http://www.rge-rs.com.br)), no link "Projetos Particulares", conforme o procedimento indicado na Norma Técnica da **RGE** – GED n.º 270, e, em observância às demais condições previstas na Cláusula 11 – DAS CONDIÇÕES PARA O COMPARTILHAMENTO, por meio de apresentação de **PROJETO TÉCNICO**, acompanhado de toda a documentação técnica e comercial, para a devida avaliação técnica, aprovação e liberação pela **RGE**.
- II. O **PROJETO TÉCNICO** deverá ser preenchido nos exatos termos dos campos indicados no link de "Projetos Particulares", no site da **RGE** ([www.rge-rs.com.br](http://www.rge-rs.com.br)), por meio de um responsável técnico legalmente qualificado e habilitado, com registro no competente conselho de classe (CREA/CONFEA).
- III. Ao analisar cada **PROJETO TÉCNICO** apresentado pela **OCUPANTE**, a **RGE** avaliará a necessidade de execução de obra em sua **INFRAESTRUTURA** para ocupação.
- IV. Caso seja constatada a necessidade de obra na **INFRAESTRUTURA** para a ocupação, e, referida obra seja de responsabilidade da **RGE**, após a execução e conclusão da obra, a **RGE** emitirá em nome da **OCUPANTE** a **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**, nos termos do **CONTRATO**.
- V. Caso seja constatada, durante a análise técnica do(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)**, a necessidade de obra na **INFRAESTRUTURA** para a ocupação pela **OCUPANTE**, devendo esta obra ser executada às suas custas, a **OCUPANTE** poderá optar em executar a obra diretamente com a **RGE** ou com terceiros tecnicamente habilitados para tanto. Nesta hipótese, haverá duas possibilidades:
  - (i) Caso a **OCUPANTE** opte em executar a obra diretamente com a **RGE**, será encaminhado os custos desta Distribuidora para execução, e, mediante a comprovação do pagamento integral pela **OCUPANTE**, a **RGE** lhe informará o prazo para execução da obra. Após a conclusão da obra pela **RGE**, será emitido em nome da **OCUPANTE** a **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**; ou
  - (ii) Caso a **OCUPANTE** opte em executar a obra com terceiros tecnicamente



Uma empresa CPFL Energia



habilitados, a **OCUPANTE** deverá comunicar a **RGE**: a) a data/período em que a obra será realizada, para que a **RGE**, a seu critério, possa acompanhá-la e fiscalizá-la; b) que a obra se encontra concluída para inspeção pela **RGE**. Após a inspeção, se a obra estiver tecnicamente aprovada, a **RGE** emitirá a **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO** em nome da **OCUPANTE**.

- VI. A **OCUPANTE** deverá respeitar o prazo para ocupação previsto na **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**, sob pena de ter revogada automaticamente a liberação do(s) seu(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** apresentado(s), sem necessidade de qualquer comunicação prévia pela **RGE**. Nesta hipótese, caso a **OCUPANTE** ainda pretenda a instalação dos **PONTOS DE FIXAÇÃO**, deverá novamente apresentar o(s) seu(s) respectivo(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** para nova análise e liberação pela **RGE**, devendo arcar, novamente, com os custos incorridos pela **RGE** para tanto.
- VII. A **OCUPANTE** deverá (i) concluir as obras para a ocupação dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** liberados no **PROJETO TÉCNICO** dentro do prazo previsto na **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**; e (ii) solicitar a inspeção para **RGE** em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de conclusão da ocupação. Caso a **OCUPANTE** não solicite a inspeção, a **RGE** considerará como **OCUPAÇÃO Á REVELIA**, nos termos do **CONTRATO**.
- VIII. Para energização das fontes de alimentação envolvidas no **PROJETO TÉCNICO**, a **OCUPANTE** deverá solicitar o pedido de ligação à **RGE**, através do canal de atendimento **0800 707 7272** que providenciará a conexão à rede elétrica.
- IX. Para o suprimento de energia para cada fonte de alimentação, a **OCUPANTE** deverá formular pedido de ligação à Área Comercial da **RGE**, que providenciará a conexão à rede elétrica e emissão da fatura mensal do consumo de energia.
- X. É terminantemente proibido que a **OCUPANTE** faça qualquer instalação / lançamento de **ATIVOS** enquanto a **RGE** não emitir a **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**.

9.2. Para todos os fins e efeitos de direito, todos os **PROJETOS TÉCNICOS** liberados pela **RGE** serão **automaticamente** vinculados ao **CONTRATO**, sendo aplicáveis os termos e condições aqui previstos para toda ocupação pela **OCUPANTE** na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, sem exceção.

9.3. A **OCUPANTE**, desde já, declara estar ciente e concordar que a **RGE** passará a cobrar pelos **PONTOS DE FIXAÇÃO** no mês subsequente à liberação do(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** pela **RGE**, uma vez que com a referida liberação foi destinado e reservado para a **OCUPANTE** os **PONTOS DE FIXAÇÃO** solicitados, ainda que a **OCUPANTE** não utilize-os imediatamente.

9.4. Caso a **OCUPANTE** não ocupe os **PONTOS DE FIXAÇÃO** previstos no(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** liberados, total ou parcialmente, dentro do prazo previsto na **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**, deverá informar à **RGE** para que proceda o cancelamento proporcional da cobrança dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** não ocupados, no mês subsequente ao da data da comunicação.

## 10. DA AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO



Uma empresa CPFL Energia

**10.1.** Concomitantemente a liberação de qualquer **PROJETO TÉCNICO**, a **RGE** emitirá uma **AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO**, documento este que a **OCUPANTE** e/ou quaisquer de seus prepostos, funcionários, representantes, ainda que terceirizados, obrigatoriamente deverá portar para executar qualquer lançamento e/ou instalação de **ATIVOS** na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, sob pena de incidir nas penalidades previstas no **CONTRATO**.

**10.1.1.** Constará as seguintes informações na **AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO**: (i) o(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** liberados pela **RGE**; (ii) o prazo de validade da **AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO**, em conformidade com o prazo previsto na Norma Técnica da **RGE** – GED n.º 270, devendo a **OCUPANTE** concluir qualquer instalação / lançamento de cabos e/ou equipamentos dentro deste prazo; e (iii) número do **CONTRATO**.

**10.2.** A **OCUPANTE** somente estará autorizada a: (i) realizar qualquer instalação / lançamento de **ATIVOS** após a emissão da **AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO** pela **RGE**; e (ii) executar lançamento / instalação de **ATIVOS** de **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** expressamente discriminados na **AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO**.

**10.3.** A expiração do prazo de validade previsto na **AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO**, revogará **automaticamente** a autorização concedida pela **RGE** para ocupação pela **OCUPANTE** dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** aprovados no(s) **PROJETO(S) TÉCNICO(S)** liberado(s), nos termos do **CONTRATO**, sem a necessidade de qualquer comunicação prévia por parte da **RGE**.

## **11. DAS CONDIÇÕES PARA O COMPARTILHAMENTO DA INFRAESTRUTURA**

**11.1.** A **OCUPANTE** terá direito, mediante a aprovação e liberação do **PROJETO TÉCNICO** pela **RGE**, à utilização de 1 (um) **PONTO DE FIXAÇÃO** por poste para afixar seus **ATIVOS**.

**11.2.** O compartilhamento da **INFRAESTRUTURA** da **RGE** pela **OCUPANTE** não deverá, em nenhuma hipótese, comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade da prestação dos serviços da **RGE**, devendo a **OCUPANTE** tomar constantemente todas as diligências e medidas necessárias para não comprometer os serviços da **RGE**, na condição de concessionária de distribuição de energia elétrica, serviço este de natureza essencial.

**11.3.** O compartilhamento abrange os **PONTOS DE FIXAÇÃO** de postes das redes de distribuição urbanas e rurais, não se aplicando aos postes ornamentais, aos destinados exclusivamente a Iluminação Pública e nem àqueles que estejam ou venham a ser reservados pela **RGE** para sua utilização exclusiva, ou cuja natureza ou finalidade impeça ou desaconselhe quaisquer outras instalações.

**11.3.1.** Na hipótese de a **OCUPANTE** não ser prestadora de serviço de telecomunicações, o direito para utilização de **PONTOS DE FIXAÇÃO** da **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, está condicionado à: (i) existência de espaço excedente na **INFRAESTRUTURA**; (ii) ausência de solicitação de compartilhamento por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime público ou privado; e (iii) outras condições gerais aplicáveis a todo compartilhamento.

**11.4.** O **CONTRATO** não implica em reserva de **PONTOS DE FIXAÇÃO** para uso futuro pela **OCUPANTE**, nem garante a existência de **PONTOS DE FIXAÇÃO** onde a **OCUPANTE** pretender suas ampliações. A liberação de novos **PONTOS DE FIXAÇÃO** para **OCUPANTE** estará condicionada à existência de capacidade excedente nos postes, conforme definido nas



Uma empresa CPFL Energia



normas técnicas aplicáveis, notadamente as regras que se referem a:

- I. Faixa de ocupação.
- II. Diâmetro do conjunto de cabos e cordoalha de um mesmo **PONTO DE FIXAÇÃO**.
- III. Distâncias mínimas de segurança dos **ATIVOS** da rede de telecomunicações em relação ao solo e aos condutores da rede de energia elétrica.
- IV. Disposição da reserva técnica de fios ou cabos nos **PONTOS DE FIXAÇÃO**.

11.5. Não serão passíveis de cessão para uso de **PONTOS DE FIXAÇÃO** adicionais, os pontos nos postes que:

- I. Já estejam ocupados por terceiros.
- II. Estejam ou tenham sido reservados pela **RGE** para sua utilização exclusiva.
- III. Cuja finalidade impeça ou desaconselhe quaisquer outras instalações.

11.6. A rede da **OCUPANTE** não deverá, em nenhuma hipótese, ultrapassar o limite do espaço a ela destinado, mesmo que a área adjacente esteja desocupada.

11.7. A ausência de notificação da **RGE** não exime a **OCUPANTE** de sua responsabilidade em manter a ocupação dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** em plena conformidade com a legislação prevista na Cláusula 3.1. do **CONTRATO**, ou ainda, legislação superveniente, bem como de proceder as correções necessárias, nos termos do §4º, do artigo 7º, da Resolução Normativa, ANEEL n.º 797/2017.

11.8. É obrigação da **OCUPANTE** manter identificados todos os **PONTOS DE FIXAÇÃO** utilizados, nos termos estabelecidos na Norma Técnica Brasileira ABNT NBR 15214, Item 5 e figura A.4.

11.8.1. A **RGE** não será responsável por eventuais perdas e danos causados nas instalações da **OCUPANTE** nos casos em que, por falta de identificação dos **ATIVOS**, a **OCUPANTE** porventura não seja comunicada/avisada quando da ocorrência de trabalhos de emergência ou mesmo obras para alteração na **INFRAESTRUTURA** da **RGE** e isso acabe por prejudicar a **OCUPANTE** e/ou seus assinantes, consumidores, clientes, prepostos, representantes e demais com quem mantenham qualquer tipo de relacionamento.

11.9. A ocupação da **INFRAESTRUTURA** deverá ser feita: (i) de forma ordenada e uniforme, utilizando somente o espaço reservado para o respectivo **PONTO DE FIXAÇÃO**, de modo a não interferir com as demais ocupantes existentes; e (ii) permitir a entrada de eventuais novas ocupantes.

11.10. A **OCUPANTE** não poderá, em nenhuma hipótese: (i) danificar, encobrir ou deslocar placas de identificação da **RGE** ou de qualquer outra ocupante; (ii) alterar as instalações de outros, inclusive da **RGE**, sem a prévia e expressa autorização destes. Eventual necessidade de remoção ou de alteração de identificações ou instalações da **RGE** ou de outras ocupantes deverá ser solicitada às respectivas proprietárias.

11.11. A **RGE** não poderá ser responsabilizada, junto aos usuários dos serviços da **OCUPANTE**, por eventuais atrasos na ativação de circuitos, ocasionados por descumprimento dos cronogramas de obras por culpa ou não da **OCUPANTE**.



Uma empresa CPFL Energia

**11.12.** A **RGE** reserva o direito de verificar, a qualquer tempo, os esforços aplicados pelas instalações da **OCUPANTE** em sua **INFRAESTRUTURA**, bem como a altura de quaisquer **ATIVOS** em relação ao solo, comunicando a **OCUPANTE**, por escrito, eventuais irregularidades que deverão ser sanadas no prazo concedido pela **RGE** em notificação específica nesse sentido.

**11.13.** As condições do **CONTRATO** poderão ser revistas unilateralmente pela **RGE** em função de futuras determinações dos órgãos reguladores (ANEEL e ANATEL) ou qualquer legislação superveniente no que for aplicável ao objeto do **CONTRATO**.

**11.14.** Constatando-se fontes de alimentação ou demais equipamentos da **OCUPANTE** conectados a rede de energia **RGE**, aplicar-se-á o procedimento definido na legislação vigente.

## **12. DAS OCUPAÇÕES EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E/OU OCUPAÇÃO À REVELIA**

**12.1.** Caso a **RGE** constate quaisquer das hipóteses abaixo elencadas, a **OCUPANTE** deverá providenciar a regularização, às suas expensas, conforme prazo a ser estabelecido pela **RGE** em notificação específica nesse sentido:

- I. **OCUPAÇÃO À REVELIA.**
- II. Ocupações em desacordo com a legislação prevista na Cláusula 3.1., do **CONTRATO**.
- III. Todo e qualquer cabo, equipamento, materiais ou condutores da **OCUPANTE** instalados em não conformidade com o **PROJETO TÉCNICO** aprovado e liberado pela **RGE**.

**12.1.1.** Na hipótese de **OCUPAÇÃO À REVELIA**, a **RGE** poderá solicitar, a seu critério, que a **OCUPANTE** lhe apresente o traçado georreferenciado ou relatório fotográfico de todos os **ATIVOS** instalados em sua **INFRAESTRUTURA**, nas condições e no prazo concedido pela **RGE** em notificação específica nesse sentido.

**12.2.** Caso a **OCUPANTE** não conclua a regularização requerida pela **RGE** nos termos e no prazo concedido em notificação específica, a **RGE** procederá a retirada dos **ATIVOS** irregulares, observado o disposto na Resolução Normativa ANEEL n.º 797/2017.

## **13. DA RETIRADA DE ATIVOS EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS E/OU QUE ENVOLVAM RISCO DE ACIDENTE E/OU SEGURANÇA**

**13.1.** Caso a **RGE** constate quaisquer das hipóteses abaixo, poderá promover a retirada dos **ATIVOS**; a amarração provisória dos **ATIVOS** ou tomar a providência que melhor se adaptar a situação, e, posteriormente comunicar a **OCUPANTE** sobre o ocorrido, indicando o prazo e o local para a retirada dos bens, se o caso, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL n.º 797/2017, bem como nos termos da Cláusula 15 – Da Destinação de Ativos Removidos pela **RGE**:

- I. Situação emergencial.
- II. Situação que envolva risco de acidente e/ou segurança à rede elétrica da **RGE**, ativos das demais ocupantes da **INFRAESTRUTURA**, e/ou a terceiros.

**13.1.1.** Caso a **RGE** tome qualquer outra providência para mitigar a situação de risco decorrente da irregularidade dos **ATIVOS** da **OCUPANTE**, a **RGE** notificará a

**OCUPANTE** para que promova as adequações necessárias, indicando o prazo e os termos em que a regularização deverá ocorrer.

13.2. Considerando que é responsabilidade da **OCUPANTE** manter sua ocupação em estrita observância à legislação e normas técnicas aplicáveis, nos termos da Cláusula 3 - Da Legislação Aplicável, na ocorrência de retirada de **ATIVOS**, a **RGE** poderá requerer o pagamento dos custos incorridos para a remoção e/ou regularização necessária.

#### 14. DA OCUPAÇÃO SEM IDENTIFICAÇÃO E DA OCUPAÇÃO CLANDESTINA

14.1. Caso a **RGE** constate quaisquer das hipóteses abaixo, poderá considerar a instalação como **OCUPAÇÃO CLANDESTINA**, nos termos do **CONTRATO** e da Resolução Normativa ANEEL n.º 797/2017:

- I. Sem identificação;
- II. Cujo estado precário não permita identificar seu proprietário; e/ou
- III. Não seja possível encontrar o seu proprietário, mesmo após comunicação geral realizada, via e-mail, pela **RGE**.

14.2. Caso a **RGE** constate **OCUPAÇÃO CLANDESTINA**, realizará comunicado geral, via e-mail, a todas as ocupantes com Contrato de Compartilhamento vigente no município em que a **OCUPAÇÃO CLANDESTINA** foi identificada, concedendo prazo para que a proprietária dos **ATIVOS** se manifeste.

14.1.1. Caso não ocorra qualquer manifestação com a identificação da proprietária dos ativos irregulares e sem identificação, a **RGE**, para todos os fins e efeitos de direito, considerará como **OCUPAÇÃO CLANDESTINA**, promovendo a retirada dos ativos irregulares, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL n.º 797/2017.

14.3. Caso, após a retirada dos ativos irregulares, considerados como **OCUPAÇÃO CLANDESTINA**, a **OCUPANTE** venha a se apresentar perante a **RGE** como proprietária, não será cabível à **OCUPANTE** nenhuma indenização, seja a que título for, sem prejuízo, ainda, da **OCUPANTE** responder perante a **RGE** nos termos do **CONTRATO**.

#### 15. DAS MODIFICAÇÕES E OBRAS NAS INSTALAÇÕES

15.1. Não poderá a **OCUPANTE**, sob nenhum pretexto, promover quaisquer alterações na **INFRAESTRUTURA** ou nas bases de concreto dos postes, nem modificar instalações das demais ocupantes ou de terceiros, sem a prévia autorização e liberação escrita da **RGE** e/ou de eventuais interessados.

15.2. Atendendo ao disposto no artigo 28 da Resolução Conjunta nº 001, as **PARTES** acordam que os custos relativos às obras e serviços de modificação ou adaptação na **INFRAESTRUTURA** da **RGE** que se fizerem necessárias, durante a vigência do **CONTRATO**, para atendimento das necessidades da **OCUPANTE**, deverão ser por esta suportados. Tais modificações incorporarão ao patrimônio da **RGE**, não advindo à **OCUPANTE** qualquer direito reivindicatório ou de pleitear compensação pelos desembolsos efetuados.

*[Handwritten signature]*



Uma empresa CPFL Energia

**15.2.1.** A **RGE** somente providenciará a execução dos serviços mencionados no *caput* desta Cláusula, após a comprovação do recolhimento pela **OCUPANTE**, dos respectivos custos, orçados em instrumento específico.

**15.3.** Quando a **RGE**, para executar obras de seu interesse, tais como para a ligação de consumidores, atendimento de alteração de cargas, ou simples melhoramento na rede, que esteja sendo utilizada conjuntamente, a **OCUPANTE** remanejará os seus **ATIVOS**, sem quaisquer ônus para a **RGE**, sendo a **OCUPANTE** avisada com antecedência mínima de:

- a) 05 (cinco) dias corridos, nos casos de simples redistribuição.
- b) 10 (dez) dias corridos, nos casos em que for necessário elaborar projetos de remanejamento.

**15.3.1.** O prazo para a execução desses serviços será estimado pela **RGE** e informado por escrito à **OCUPANTE**. Este prazo, no entanto, poderá ser reduzido ou dilatado a critério da **RGE**, considerando a natureza dos serviços a serem executados, sem que caiba qualquer tipo de indenização à **OCUPANTE**.

**15.3.2.** Caso a **OCUPANTE** não compareça para a execução dos serviços, tendo sido devidamente comunicada, e as condições técnicas permitirem, a **RGE**, através de equipe própria ou terceira, poderá, a seu exclusivo critério, efetuar a amarração provisória das instalações da **OCUPANTE**. Caso não seja tecnicamente possível, será tomada a providência que melhor se adaptar à ocasião, considerando-se prioritariamente o risco à segurança de pessoas e de instalações da **RGE** ou de terceiros. Em tal hipótese, a **OCUPANTE** isentará a **RGE** da responsabilidade por quaisquer perdas e danos, não cabendo à **RGE** nenhuma responsabilidade com relação às instalações da **OCUPANTE**. A providência que for tomada pela **RGE** será comunicada à **OCUPANTE**. Neste caso, ainda, a **OCUPANTE** deverá ressarcir a **RGE** por todos os custos e despesas incorridas, mediante pagamento do documento de cobrança encaminhado pela **RGE**, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no **CONTRATO**.

**15.4.** Sempre que se torne necessário modificar redes de distribuição de energia elétrica ou proceder à alteração de poste para atender as exigências ou solicitações dos Poderes Públicos ou de terceiros, a **RGE** comunicará a **OCUPANTE**, por escrito, indicando o responsável pelo pedido, as modificações que deverão ser feitas e o prazo em que pretende executar o serviço.

**15.4.1.** Em caso de emergência, tais modificações poderão ser executadas de imediato pela **RGE** e posteriormente informadas à **OCUPANTE**.

**15.4.2.** Se a despesa com execução dos serviços referidos nesta Cláusula couber à parte solicitante, a **RGE** apresentará seu orçamento juntamente com o da **OCUPANTE** e procederá ao recebimento do importe total, creditando a esta a quantia correspondente ao respectivo orçamento, na fatura do mês correspondente ao pagamento, sem qualquer acréscimo, podendo, alternativamente, cada **PARTE** apresentar seu orçamento em separado.

**15.4.3.** Caso a **OCUPANTE** apresente o orçamento separadamente, esta terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados do pagamento efetuado pelo interessado, para comunicá-lo à **RGE**.

**15.4.4** Após a comunicação da necessidade do remanejamento dos **ATIVOS** da



Uma empresa CPFL Energia



**OCUPANTE**, esta terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do orçamento ao interessado e cumprimento do disposto no item acima.

**15.5.** Caso a **RGE** pretenda retirar postes de uso para transmissão de dados, a **OCUPANTE** será comunicada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias corridos.

**15.5.1.** Caso a **OCUPANTE** deseje continuar no uso de tais postes e desde que tal fato não contrarie posturas ou disposições do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, a continuidade de utilização dos postes será regida segundo as disposições do **CONTRATO** e conforme os procedimentos previstos na legislação vigente e aplicável.

**15.5.2.** Havendo disposições do Poder Público contrárias à permanência dos postes, a **OCUPANTE** deverá remover seus **ATIVOS** dentro do prazo oportunamente determinado, sem qualquer ônus para a **RGE**.

**15.6.** Caso a região atendida por sistema aéreo de distribuição de energia elétrica da **RGE** venha a passar para o sistema de distribuição subterrâneo, a **OCUPANTE** será comunicada com até 12 (doze) meses de antecedência.

**15.6.1.** A **RGE** comunicará com antecedência mínima de 90 (noventa) dias corridos, a data em que será iniciada a retirada efetiva de seu sistema de distribuição aéreo de energia elétrica, inclusive dos postes, sendo esse o prazo máximo de que a **OCUPANTE** disporá para remover todas os seus **ATIVOS** dos postes em uso pelo sistema em objeto, sem qualquer ônus para a **RGE**.

**15.7.** Nos casos de interrupções, acidentes, falhas e/ou quaisquer outros defeitos nas instalações de uso compartilhado, que exija intervenção imediata, as equipes de manutenção da **RGE** e da **OCUPANTE** deverão atuar rapidamente, a fim de preservar a integridade de seus **ATIVOS**. Nestas situações, deverão ser obedecidas as condições normais de segurança operacional e pessoal. Em caso de não comparecimento da equipe da **OCUPANTE** no local, tendo sido devidamente comunicado, a **OCUPANTE** deverá ressarcir a **RGE** de eventuais despesas incorridas para regularização da situação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no **CONTRATO**.

**15.8.** Os materiais utilizados nas modificações e/ou obras para sustentação de **ATIVOS**, aplicados pela **OCUPANTE**, **deverão** ser compatíveis com os padrões da **RGE**.

## **16. DA DESOCUPAÇÃO**

**16.1.** Será de inteira responsabilidade da **OCUPANTE** comunicar a **RGE** quando não ocupar **PONTOS DE FIXAÇÃO** aprovados nos **PROJETOS TÉCNICOS**, e/ou vier a desocupar quaisquer **PONTOS DE FIXAÇÃO** a ela destinados, devendo informar neste caso previamente à **RGE** por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias úteis de antecedência, contados da data pretendida para desocupação.

**16.2.** A baixa dos **PONTOS DE FIXAÇÃO** desocupados pela **OCUPANTE**, para fins de faturamento e cobrança, somente será feita pela **RGE** se devidamente comunicada pela **OCUPANTE**, nos termos do **CONTRATO**, observado o disposto na Cláusula 6 - Da Remuneração, Tributos e Demais Condições Comerciais.

**16.3.** Os **PONTOS DE FIXAÇÃO** da **OCUPANTE** que estiverem fora de operação deverão ser



Uma empresa CPFL Energia

removidas quando da sua desativação, liberando os **PONTOS DE FIXAÇÃO** nos postes.

## 17. DESTINAÇÃO DE ATIVOS REMOVIDOS PELA RGE

**17.1.** Na ocorrência de quaisquer hipóteses abaixo, mas sem se limitar a elas, que gere a necessidade da **RGE** remover **ATIVOS** da **OCUPANTE**, a **RGE** deixará à disposição da **OCUPANTE** os ativos retirados da **INFRAESTRUTURA**, em local a ser indicado ou no depósito da **RGE** mais próximo do local da remoção, a critério da **RGE**, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, sem que a **RGE** tenha qualquer responsabilidade pela guarda e conservação dos bens. Exaurido este prazo, a **RGE** considerará os ativos como abandonados, em conformidade com os termos do art. 1275, inciso III, do Código Civil, podendo dar a destinação a tais bens que melhor lhe aprouver.

- (i) Ocupação que ofereça riscos de segurança às demais ocupantes, a terceiros ou à rede elétrica da **RGE**, ainda que os **ATIVOS** estejam identificados.
- (ii) **OCUPAÇÃO À REVELIA.**
- (iii) **OCUPAÇÃO CLANDESTINA.**
- (iv) Ocupação em desacordo com normas técnicas.
- (v) Não comparecimento em obras, nos termos do **CONTRATO**. e/ou
- (vi) Não regularização no prazo e nos termos solicitados pela **RGE** em notificação específica.

**17.2.** Caso por falta de identificação e/ou estado precário dos **ATIVOS**, impossibilitando à **RGE** reconhecer o seu proprietário, a **RGE** aguardará o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, para que o proprietário se manifeste e/ou se apresente para retirada, comprovando que os **ATIVOS** são seus. Na hipótese de não comparecer para retirada e/ou não procurar a **RGE** nesse prazo, os objetos serão considerados abandonados, nos termos da Cláusula **15.1.**, acima.

**17.3.** Em nenhuma hipótese será devido pela **RGE** à **OCUPANTE** qualquer indenização, seja a que título for, por **ATIVOS** retirados da **INFRAESTRUTURA** decorrente das hipóteses de ocupações irregulares previstas na Cláusula **17.1.**

## 18. APRESENTAÇÃO DA BASE CADASTRAL

**18.1.** A **OCUPANTE** deverá apresentar para a **RGE** a sua base cadastral georreferenciada, contendo todos os **PONTOS DE FIXAÇÃO** utilizados, por município da área de concessão da **RGE**, no mês de dezembro de cada ano.

**18.1.1.** Caso a **OCUPANTE** já possua na data de assinatura do **CONTRATO** instalações na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, deverá apresentar a sua base cadastral georreferenciada atualizada, contendo todos os **PONTOS DE FIXAÇÃO** utilizados por município da área de concessão da **RGE** em até 3 (três) meses, contados da assinatura do **CONTRATO**.

**18.2.** Manter atualizado o ANEXO I – Lista de Municípios, incluindo ou retirando os municípios em que presta seus serviços, mediante notificação formal ao GESTOR COMERCIAL do **CONTRATO**, em até 30 (trinta) dias corridos da alteração.



Uma empresa CPFL Energia



## 19. DOS REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

19.1. As condições técnicas relativas à ocupação de postes estão detalhadas na Norma Brasileira ABNT 15214 e Norma Técnica da RGE – GED nº 270, e demais normas estabelecidas na Cláusula 3 – Da Legislação Aplicável.

19.2. Fica assegurado à RGE o direito de efetuar ou solicitar modificações em caráter extraordinário, quando relativas à segurança da operação do sistema elétrico.

19.2.1. Fica assegurado à RGE o direito de excluir do uso, os postes que necessite utilizar privativamente para sustentação de circuitos, cuja utilização impeça ou desaconselhe qualquer outra instalação.

19.3. A OCUPANTE compromete-se que os profissionais que executarão os serviços de instalação, retirada ou manutenção dos seus ATIVOS na INFRAESTRUTURA da RGE, ainda que terceirizados, devem estar habilitados, qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentarem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas, conforme exigência prevista na Norma Regulamentadora nº10 (NR-10) e Norma Regulamentadora nº 35 (NR 35), ambas da Portaria 3.214/MTB/78, devendo ainda, os responsáveis técnicos ser devidamente habilitados pelo CREA.

19.3.1. É também, de inteira responsabilidade da OCUPANTE, exigir e controlar os certificados de todos os seus empregados, prepostos ou quaisquer profissionais a ela relacionados, ainda que terceirizados, qualificá-los e habilitá-los através de treinamentos específicos referentes às suas atividades.

19.3.2. A OCUPANTE deve manter todos os seus empregados, prepostos ou quaisquer profissionais a ela relacionados, ainda que terceirizados, aptos a prestarem primeiros socorros a acidentados (através de método de ressurreição cárdio-pulmonar) e operarem/manusearem equipamentos de combate a incêndio.

19.3.3. A OCUPANTE é responsável pelo fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivos (EPC) necessários à preservação da integridade de todos os seus empregados, prepostos ou quaisquer profissionais a ela relacionados, ainda que terceirizados, clientes e terceiros, bem como exigir a sua utilização, conservação e reposição (ref. NR-06 da Portaria 3.214/MTB/78).

19.3.4. A OCUPANTE deve manter programa permanente de orientação e reciclagem a todos os seus empregados, prepostos ou quaisquer profissionais a ela relacionados, ainda que terceirizados, enfocando os riscos (principalmente elétricos) de acidentes pertinentes às atividades que serão desenvolvidas na INFRAESTRUTURA da RGE e como controlá-los/eliminá-los.

19.3.5. A OCUPANTE terá que manter metodologia de trabalho, bem definida, destacando que:

a) Os circuitos elétricos, bem como as PARTES metálicas das estruturas, deverão ser consideradas energizadas, exceto quando estiverem devidamente desligadas e aterradas (a liberação do circuito será executada pelo Centro de Operação da Distribuição e mediante solicitação prévia).



Uma empresa CPFL Energia

- b) Deve ser realizada inspeção minuciosa nas bases das estruturas, principalmente em postes de madeira, a fim de verificar a resistência mecânica destas.
- c) Os materiais, ferramentas e equipamentos utilizados no alto das estruturas devem ser içados e recolhidos, através da utilização de cordas e carretilhas.
- d) Durante as atividades de lançamento, substituição e emenda de cabos ou quaisquer **ATIVOS**, deve ser observada a distância de segurança (constante do quadro abaixo), não será permitido qualquer contato elétrico envolvendo equipamentos, materiais, ferramentas e outros pertences com a rede da **RGE**, bem como o desnivelamento da rede de distribuição.

CLASSE DE TENSÃO (V)	DISTÂNCIA DE SEGURANÇA (cm) (é a distância livre entre a <b>PARTE</b> energizada e o alcance máximo do eletricitista, considerando inclusive o ferramental/material/equipamento que está sendo manipulado).
até 7.500	30
7.500 a 15.000	50

- e) Os locais de trabalho, onde estiverem sendo executadas suas obras deverão estar devidamente sinalizados e isolados de tal forma a garantir a segurança de seus empregados, prepostos ou quaisquer profissionais relacionados à **OCUPANTE** fluxo de transeuntes, pedestres, veículos, etc.

## 20. DAS PRERROGATIVAS DA RGE

**20.1.** Independentemente de outros direitos advindos do **CONTRATO**, é assegurado à **RGE** o direito de, a qualquer tempo:

- a) Supervisionar e fiscalizar os serviços que estiverem sendo realizados pela **OCUPANTE** na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, tanto na implantação de quaisquer **ATIVOS**, quanto nas manutenções e adequações que se fizerem necessárias.
- b) Sustar os serviços, total ou parcialmente, a qualquer tempo, caso estes sejam executados de forma contrária à legislação vigente e aplicável, em prejuízo, à segurança, ou que venham a comprometer os interesses da **RGE**, outras ocupantes ou terceiros.
- c) Supervisionar e fiscalizar o uso e a destinação do compartilhamento objeto do **CONTRATO**, solicitando a imediata retirada dos **ATIVOS** cujos **PROJETOS TÉCNICOS** não foram aprovados e liberados pela **RGE**.
- d) Obter da **OCUPANTE** os esclarecimentos e as informações técnicas que julgar necessários, desde que relacionadas com o objeto do **CONTRATO**.
- e) Determinar a paralisação e/ou embargo de obra de instalações sem o porte da **AUTORIZAÇÃO PARA O COMPARTILHAMENTO**, nos termos do **CONTRATO**.



Uma empresa CPFL Energia



**20.2.** A fiscalização que for efetuada pela **RGE**, não exige a **OCUPANTE** a responsabilidade da **OCUPANTE** em manter sua ocupação em estrita observância a legislação e normas técnicas aplicáveis ao objeto do **CONTRATO**.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA OCUPANTE**

**21.1.** Além de todas as obrigações previstas no **CONTRATO**, constituem, ainda, obrigações da **OCUPANTE**:

- a) A **OCUPANTE** é responsável pela obtenção junto aos órgãos competentes das respectivas autorizações, licenças, permissões para prestação de seus serviços e utilização da **INFRAESTRUTURA** da **RGE**.
- b) A **OCUPANTE** é responsável pelo pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais ou parafiscais, emolumentos ou ônus, bem como pela obtenção das licenças, alvarás e outros encargos que sejam ou venham a ser exigíveis em razão da celebração do **CONTRATO** ou de sua execução.
- c) Comunicar por escrito à **RGE**, tão logo tenha conhecimento, de quaisquer anomalias detectadas ou ocorrência de sinistros na **INFRAESTRUTURA**.
- d) **OCUPANTE** deverá comunicar à **RGE**, imediatamente após o seu recebimento, com relação a qualquer reclamação, intimação, interpelação dos Poderes Concedentes, Poder Público e/ou ação de terceiros, decorrentes da execução do **CONTRATO** e que, de alguma forma, possam implicar em responsabilidade para quaisquer das **PARTES**, sob pena de ficar responsável pelos ônus decorrentes.
- e) Promover, por sua iniciativa e ônus, a instalação, manutenção preventiva e corretiva dos **ATIVOS** a serem afixados pela **OCUPANTE** na **INFRAESTRUTURA**, mantendo-os em perfeito estado de conservação e apresentação, assim como quaisquer alterações em suas instalações que venham a ser exigidas pelos Poderes Concedentes e/ou pelos Poderes Públicos.
- f) Executar os serviços de instalações e manutenções com **ATIVOS**, com a melhor técnica, assim como os melhores recursos materiais disponíveis, obrigando-se a substituir e refazer, por sua iniciativa e ônus exclusivos, todos os materiais que tenha empregado e obras que tenha realizado que mostrarem-se defeituosas.
- g) Manter atualizadas as informações de cadastros e contatos, em atendimento a Cláusula – Das Comunicações e Gestores do **CONTRATO**.
- h) Observar integralmente todas as disposições e obrigações previstas no **CONTRATO**.

## **22. DA FISCALIZAÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS DE FIXAÇÃO**

**22.1.** Caso a **RGE** tenha conhecimento de que a **OCUPANTE** instalou quaisquer **ATIVOS** em sua **INFRAESTRUTURA**, sem a sua prévia e expressa aprovação e liberação, a **OCUPANTE** será notificada para que no prazo compatível e concedido em notificação específica nesse sentido, providencie a devida remoção e/ou regularização conforme requerido pela **RGE**, exceto nos casos que implique em risco de segurança ou acidentes, que a **RGE** poderá (i) requerer a regularização em prazo inferior ou (ii) regularizar às suas expensas e posteriormente



Uma empresa CPFL Energia

requerer o ressarcimento à **OCUPANTE**, nos termos do **CONTRATO**.

**22.2.** Na ocorrência de constatação de quaisquer irregularidades na **INFRAESTRUTURA**, poderá a **RGE**, a seu exclusivo critério, determinar a imediata paralisação das atividades e a retirada dos **ATIVOS** da **OCUPANTE**, se necessário.

**22.2.1.** Caso a **RGE** determine a retirada de **ATIVOS**, e, a **OCUPANTE** não cumpra com o prazo concedido, a **RGE** poderá efetuar a retirada, por meio de equipes próprias ou terceiras, cobrando da **OCUPANTE** todos os custos e despesas em que incorrer, mediante o envio de documento de cobrança, sem prejuízo da incidência das penalidades previstas no **CONTRATO**, e aplicação da Cláusula 17 - Destinação dos Ativos Removidos.

**22.2.2.** Na ocorrência da hipótese prevista na Cláusula acima, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 17 - Destinação dos Ativos Removidos.

**22.3.** A **RGE** poderá realizar inspeções de campo para contagem física do número de **PONTOS DE FIXAÇÃO** efetivamente utilizados, a fim de verificar a regularidade das informações fornecidas pela **OCUPANTE** e, ainda, verificar se as quantidades de **PONTOS DE FIXAÇÃO** efetivamente utilizados pela **OCUPANTE** conferem com a quantidade contida nos **PROJETOS TÉCNICOS** aprovados e liberados pela **RGE**.

**22.3.1.** Na ocorrência de constatação de quaisquer divergências entre o número de **PONTOS DE FIXAÇÃO** informados pela **OCUPANTE** e o número obtido a partir da inspeção de campo, a **RGE** notificará a **OCUPANTE**, para que se manifeste a respeito no prazo a ser concedido pela **RGE** em notificação específica.

**22.3.2.** Caso tenha espaço para que a **OCUPANTE** ocupe o **PONTO DE FIXAÇÃO** utilizado e seja viável tecnicamente, a **OCUPANTE** deverá apresentar o **PROJETO TÉCNICO** para aprovação da **RGE**, bem como efetuar o pagamento retroativo dos últimos 12 (doze) meses e arcar com a multa prevista no **CONTRATO**, conforme Cláusula 26 - Das Penalidades. Caso não seja possível a ocupação dos **PONTOS DE FIXAÇÃO**, a **OCUPANTE** deverá retirar seus **ATIVOS** da **INFRAESTRUTURA**, nos prazos e na forma estabelecida pela **RGE**, em notificação específica nesse sentido, sem prejuízo de arcar com as penalidades previstas no **CONTRATO**, pagamento do retroativo dos últimos 12 (doze) meses, conforme Cláusula - Das Penalidades.

**22.3.2.1.** Caso a **OCUPANTE** não retire seus **ATIVOS**, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 17 - Destinação dos Ativos Removidos.

## **23. DO ATENDIMENTO A PARÂMETROS DE QUALIDADE, SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE**

**23.1.** As **PARTES** obrigam-se a atender aos parâmetros de qualidade, segurança e proteção ao meio ambiente estabelecidos pelos órgãos competentes, assim como cumprir com as obrigações associadas às concessões, permissões ou autorizações outorgadas ou expedidas pelo Poder Concedente. As **PARTES** obrigam-se, ainda, a observar as boas práticas para prestação dos respectivos serviços, que não devem ser comprometidos pelo compartilhamento, conforme disposto no Art. 5º do Regulamento Conjunto para compartilhamento de **INFRAESTRUTURA** entre os setores de energia elétrica, telecomunicações e petróleo, da Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP 001/99.



Uma empresa CPFL Energia



## 24. DA PROIBIÇÃO DE SUBCOMPARTILHAMENTO, LOCAÇÃO, CESSÃO, ALIENAÇÃO OU EMPRÉSTIMO DA INFRAESTRUTURA OU DE SUA UTILIZAÇÃO PARA FINS NÃO PREVISTOS NO CONTRATO

24.1. Ressalvada a necessidade de agrupamento, nos termos da Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL n.º 004/2014, é vedada à **OCUPANTE** o subcompartilhamento ou sublocação, a cessão, a locação, a alienação, o empréstimo, ou de qualquer forma disponibilização a qualquer título para terceiros, ainda que seja empresa de seu Grupo Econômico, dos **PONTOS DE FIXAÇÃO**, cabos ou quaisquer **ATIVOS** instalados na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, dos direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, sem a prévia e expressa autorização da **RGE**.

24.2. É vedada à **OCUPANTE** a alteração da finalidade do uso de seus **ATIVOS** que estiverem fixados nos postes da **RGE**, sem a sua prévia e expressa anuência.

24.2.1. Havendo alteração das outorgas decorrentes do objeto do **CONTRATO**, ou obtenção de outorgas para prestação de outros serviços pela **OCUPANTE** junto à ANATEL, tais documentos deverão ser apresentados à **RGE** para celebração de novo instrumento contratual ou Termo Aditivo para ajuste da finalidade de uso de sua **INFRAESTRUTURA**.

24.2.2. A **OCUPANTE** será responsável por todos os atos que forem praticados pelos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros que utilizarem, manusearem ou darem destinação não autorizada a seus **ATIVOS** que estiverem fixados nos postes da **RGE**, bem como pelos seus efeitos.

## 25. DAS RESPONSABILIDADES

25.1. A **OCUPANTE** é objetivamente responsável por quaisquer perdas e danos causados à **RGE**, as demais ocupantes da **INFRAESTRUTURA** e/ou a terceiros em decorrência do compartilhamento objeto do **CONTRATO**.

25.2. Em nenhuma hipótese a **RGE** poderá ser responsável por indenizações devidas a terceiros em razão de acidentes ocorridos em razão do compartilhamento objeto do **CONTRATO** por causa imputável à **OCUPANTE**.

25.3. Todas as perdas e danos advindos de quaisquer acidentes decorrentes da atividade exercida pela **OCUPANTE**, ou por seus empregados, prepostos ou quaisquer profissionais a ela vinculados, seja por falta de habilitação, qualificação, etc., serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

25.3.1. Caso a **RGE** venha a ser demandada judicial ou extrajudicialmente, em razão de acidente ou qualquer sinistro ocorrido em sua **INFRAESTRUTURA**, por empregados, prepostos, ou qualquer pessoa relacionada à **OCUPANTE**, em razão do compartilhamento, a **OCUPANTE** se compromete a retirar a **RGE** do polo passivo, assumindo integralmente a responsabilidade pela demanda e pelas perdas e danos decorrentes do acidente ou qualquer sinistro.

25.4. A **OCUPANTE** será responsável pelo ressarcimento à **RGE** de eventuais penalidades aplicadas pelo Poder Público, ANEEL, ANATEL, e/ou qualquer outro órgão, a que comprovadamente tenha dado causa, em decorrência de descumprimento do **CONTRATO**



Uma empresa CPFL Energia

e/ou de quaisquer das legislações aplicáveis, nos termos da Cláusula 3 – Da Legislação Aplicável.

**25.5.** A RGE não será responsável, em hipótese alguma, por perdas e danos ocasionados por qualquer interrupção que porventura venha ocorrer nos serviços da **OCUPANTE**, seja qual for a causa.

**25.6.** A RGE não será responsável por nenhuma indenização à **OCUPANTE**, em decorrência de eventuais retiradas dos **ATIVOS** irregulares, nos termos da Resolução Normativa ANEEL n.º 797/2017, inclusive em caso de destinação de tais **ATIVOS**, a critério da RGE, por não ter a **OCUPANTE** os retirados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do envio da notificação nesse sentido, nos termos da Cláusula 17 – Destinação de Ativos Removidos pela RGE.

**25.7.** Caso a **OCUPANTE** tenha **OCUPAÇÕES À REVELIA** ou **OCUPAÇÕES CLANDESTINAS**, poderá ser responsabilizada civil e criminalmente, inclusive pelos custos e/ou despesas que a RGE venha a suportar em decorrência das perdas e danos que lhe sejam causados e/ou a terceiros, sem prejuízo da incidência das penalidades previstas no **CONTRATO**.

**25.8.** Nenhuma das **PARTES** responderá à outra pelos prejuízos advindos de caso fortuito ou força maior, hipótese em que cada uma arcará com as despesas relativas à reposição de suas próprias instalações.

**25.9.** A RGE se responsabilizará, em razão e na vigência do **CONTRATO**, por danos diretos e comprovados, limitados ao valor mensal pago pela **OCUPANTE** à RGE, ficando expressamente acordado entre as **PARTES** que a RGE não indenizará a **OCUPANTE**, em nenhuma hipótese, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

**25.10.** O ressarcimento das perdas e danos poderá ser cobrada na forma estabelecida na Cláusula 34 – Do Acerto de Contas.

## **26. DAS PENALIDADES**

**26.1.** A **OCUPANTE** estará sujeita as multas e penalidades abaixo nas seguintes hipóteses de constatação, em endereços / trechos que serão devidamente identificados pela RGE em notificação específica nesse sentido:

- I. De ocupação de **PONTOS DE FIXAÇÃO** em desacordo com o **PROJETO TÉCNICO** aprovado e liberado pela RGE, a **OCUPANTE** incorrerá em multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mais os tributos incidentes, por cada poste irregular identificado, devendo efetuar as regularizações no prazo concedido pela RGE. Em caso de não regularização, a **OCUPANTE** estará sujeita, ainda, a multa diária no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais), mais os tributos incidentes, que será contabilizada da data do término do prazo concedido para regularização até a data da efetiva regularização.
- II. De **OCUPAÇÃO À REVELIA**, a **OCUPANTE** incorrerá em multa no montante de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), mais os tributos incidentes, devendo retirar e/ou regularizar seus **ATIVOS** nos termos e no prazo concedido pela RGE. Em caso de não regularização, a **OCUPANTE** estará sujeita, ainda, a multa diária no montante de R\$



Uma empresa CPFL Energia



5.000,00 (cinco mil reais), mais os tributos incidentes, que será contabilizada da data do término do prazo concedido para regularização até a data da efetiva retirada e/ou regularização da **OCUPAÇÃO À REVELIA**, sem prejuízo da aplicação da Cláusula **26.3.** abaixo.

- III. De lançamento de **ATIVOS** por equipes técnicas da **OCUPANTE** sem o porte da **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO** emitida pela **RGE** e/ou não expressamente previstos na **AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO**, a **OCUPANTE** incorrerá em multa no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mais os tributos incidentes.
- IV. Não comparecimento da **OCUPANTE** para realização de obras na **INFRAESTRUTURA** da **RGE**, a **OCUPANTE** incorrerá em multa de R\$ 10.000 (dez mil reais), mais os tributos incidentes, sem prejuízo da cobrança, pela **RGE**, dos ressarcimentos das despesas incorridas. Em caso de reincidência nesta hipótese, a **RGE**, a seu critério, poderá dobrar o valor da multa aqui prevista.
- V. A cada constatação pela **RGE** de (i) **ATIVOS** sem identificação; e/ou (ii) reserva técnica da **OCUPANTE** na **INFRAESTRUTURA**, a **OCUPANTE** incorrerá em multa no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mais os tributos incidentes, ou, caso o **ATIVO** e/ou reserva técnica implique em riscos de segurança, a multa passará a ser de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), mais os tributos incidentes. Em caso de reincidência nesta hipótese, a **RGE**, a seu critério, poderá dobrar o valor da multa aqui prevista.
- VI. Descumprimento das demais obrigações previstas no **CONTRATO**, a **RGE** encaminhará notificação para a **OCUPANTE** concedendo-lhe prazo para regularização. Na hipótese da **OCUPANTE** não regularizar no prazo concedido, a **RGE** aplicará multa diária no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mais os tributos incidentes, que será contabilizada a partir do dia seguinte do término do prazo concedido até a data da comprovada regularização.

**26.2.** Além das multas previstas no **CONTRATO**, a **RGE** poderá aplicar à **OCUPANTE** a penalidade de advertência, por escrito, em caso de constatação de ocupação em desacordo com os termos e condições regulamentadas no **CONTRATO**, a seu exclusivo critério.

**26.2.1.** Caso a **OCUPANTE** incorra em 5 (cinco) advertências, poderá a **RGE**, a seu exclusivo critério, resolver o **CONTRATO**, perdendo a **OCUPANTE** o direito de ocupar a **INFRAESTRUTURA**.

**26.3.** Em caso de constatação de **OCUPAÇÃO À REVELIA**, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item "II" da Cláusula acima, a **OCUPANTE** estará sujeita, ainda, ao pagamento à **RGE** do montante retroativo dos últimos 12 (meses) de ocupação, pela quantidade identificada de **PONTOS DE FIXAÇÃO** utilizados na **OCUPAÇÃO À REVELIA**, considerando o preço unitário previsto no **CONTRATO**, mediante documento de cobrança encaminhado pela **RGE**, ainda que a **RGE** determine a retirada de tais **PONTOS DE FIXAÇÃO** de sua **INFRAESTRUTURA**.

**26.4.** As multas previstas no **CONTRATO** não possuem caráter compensatório, são independentes e cumulativas, bem como não eximem a **OCUPANTE** do integral cumprimento de suas obrigações.



Uma empresa CPFL Energia

**26.5.** Estando a **OCUPANTE** em desacordo com as suas obrigações e/ou em caso de reiterados descumprimentos de obrigações contratuais, a **RGE** poderá resolver o **CONTRATO**, a qualquer momento e a seu critério, sem que seja devido à **OCUPANTE** qualquer ressarcimento e/ou indenização, ainda que esteja efetuando regularmente o pagamento das multas aplicadas. Nesta hipótese, a **OCUPANTE** deverá retirar seus **ATIVOS**, conforme Cláusula 27 – Da Extinção Antecipada.

**26.6.** Em nenhuma hipótese, a aplicação da multa e/ou penalidade pela **RGE**, não eximirá a **OCUPANTE** da regularização necessária.

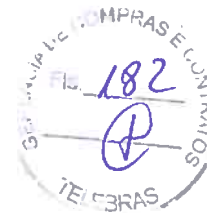
## 27. EXTINÇÃO ANTECIPADA

**27.1.** O **CONTRATO** poderá ser extinto antecipadamente nas seguintes hipóteses:

- a) Pela **RGE**, em caso de descumprimento pela **OCUPANTE** de quaisquer obrigações previstas no **CONTRATO** e/ou previstas na legislação vigente e aplicável, que não tenham sido regularizadas pela **OCUPANTE** no prazo concedido pela **RGE** em notificação específica nesse sentido.
- b) Caso a **OCUPANTE** atinja o limite estabelecido para advertências, conforme previsto na Cláusula **26.2.1.** do **CONTRATO**, a exclusivo critério da **RGE** e independentemente de concessão de prazo para regularização.
- c) Pela **RGE**, em caso de atraso no pagamento pela **OCUPANTE** de quaisquer documentos de cobranças oriundos do **CONTRATO**, por mais de 60 (sessenta) dias contados da data de seu vencimento.
- d) Pela **RGE**, caso qualquer declaração ou garantia prestada pela **OCUPANTE** tenha se mostrado falsa, enganosa ou deixe de ser verdadeira durante a vigência do **CONTRATO**, sendo que para a garantia que deixe de ser verdadeira, apenas operará a resolução contratual se não sanada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados de notificação específica nesse sentido.
- e) Pela **RGE**, em caso de cassação, revogação ou perda de quaisquer das concessões, autorizações ou permissões, caso aplicável e/ou licenças outorgadas à **OCUPANTE** que lhe permita a exploração das atividades e/ou serviços previstos no **CONTRATO**, caso aplicável.
- f) Por quaisquer das **PARTES**, em caso de encerramento de suas atividades, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, que antecederão ao encerramento.
- g) Distrato celebrado entre as **PARTES**, com as devidas quitações decorrentes deste ato.
- h) Pela **RGE**, em caso de requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação da **OCUPANTE** ou qualquer alteração que prejudique a sua capacidade de executar fielmente as obrigações assumidas no **CONTRATO**.
- i) Evento de caso fortuito ou força maior que impeça a execução do **CONTRATO** por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.



Uma empresa CPFL Energia



- j) Por quaisquer das **PARTES**, a qualquer tempo, por determinação da ANEEL e/ou ANATEL.

**27.2.** Caso o **CONTRATO** venha a ser extinto antecipadamente por causa imputável à **OCUPANTE**, esta deverá arcar com (i) eventuais multas específicas por descumprimento das obrigações contratuais aplicadas pela **RGE**, conforme Cláusula 26 – Das Penalidades; e (ii) multa rescisória no montante de valor correspondente ao valor da última fatura mensal.

**27.3.** Na hipótese de extinção antecipada do **CONTRATO**, a **OCUPANTE** se obriga a retirar seus **ATIVOS** de toda **INFRAESTRUTURA**, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento da notificação.

**27.3.1.** Não havendo a retirada dos **ATIVOS** pela **OCUPANTE** no prazo definido no *caput* desta Cláusula, a **RGE** poderá tomar as medidas que entender cabíveis, nos termos do **CONTRATO**.

**27.4.** A extinção antecipada do **CONTRATO** não exime a **OCUPANTE** do pagamento de qualquer débito dele decorrente, que for oriundo de fato ocorrido até a data da extinção.

**27.5.** Sendo decretada pela **RGE** a extinção antecipada do **CONTRATO**, a **OCUPANTE** perderá o direito de ocupar a **INFRAESTRUTURA**, não incidindo a **RGE** em nenhuma penalidade ou sendo devido à **OCUPANTE** qualquer indenização seja a que título for.

## 28. RESPONSABILIDADE SOCIAL

**28.1.** A **OCUPANTE** se compromete a obedecer rigorosamente, na execução do **CONTRATO** ou de qualquer outro de sua responsabilidade, os requisitos sociais da Norma SA 8000 - Responsabilidade Social, nos seguintes requisitos: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horários de trabalho e remuneração.

## 29. DA CONDUTA ÉTICA EMPRESARIAL

**29.1.** A **CONTRATADA** declara possuir um Programa de Integridade efetivo, estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais de suas atividades, considerando os parâmetros constantes no art. 42, do Decreto n.º 8.420/15.

**29.1.1.** A **CONTRATADA** declara que seus representantes conhecem o Código de Conduta Ética da **RGE** e se comprometem a cumprir e divulgar internamente seus princípios, enquanto estiverem atuando na execução do **CONTRATO**.

**29.2.** O Código de Conduta Ética está disponível no Site do Grupo **CPFL**, endereço (<http://www.cpfl.com.br/etica/>).

**29.3** A **CONTRATADA** declara, por si e seus representantes, não realizar práticas anticoncorrenciais ou fraudes, bem como não apresentar impedimentos éticos, incluindo, mas não se limitando a situações de conflito de interesse e parentesco em relação aos agentes tomadores de decisão envolvidos na contratação.

## 30. DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO



Uma empresa CPFL Energia

**30.1.** A **CONTRATADA**, por si e/ou seus representantes ou procuradores, declara que:

- i) Está em conformidade com a Lei 12.846/13 e com o Decreto 8.420/15, "Legislação Anticorrupção", não autorizando seus representantes, procuradores, colaboradores e/ou qualquer pessoa relacionada direta ou indiretamente com a **CONTRATADA**, a cometer ato lesivo à administração pública;
- ii) Não cometerá qualquer ato lesivo à administração pública para execução do **CONTRATO** ou em benefício da **RGE**;
- iii) Caso identifique que qualquer pessoa física ou jurídica relacionada à execução do **CONTRATO**, a qualquer tempo, possua envolvimento com qualquer ato praticado contra a administração pública, nos termos do artigo 5º, da Lei 12.846/13, deverá substituí-la de imediato no **CONTRATO** e notificar a **RGE** acerca do ocorrido;
- iv) Na hipótese de agir em nome da **RGE**, conhece e observa a *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)* dos Estados Unidos da América, comprometendo-se a manter registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa suas respectivas transações, bem como mecanismos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de seus relatórios e demonstrações financeiras;
- v) Não está sob restrições ou sanções econômicas e de negócios por quaisquer entidades governamentais, devido a atos contra a administração pública, tampouco registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou em qualquer outro cadastro de similar finalidade, nacional ou estrangeiro;
- vi) Não há investigação administrativa e/ou ações judiciais em curso, movidas pelas advocacias públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes e pelo Ministério Público, por atos contrários a essas leis.
- vii) Nenhum de seus representantes, procuradores, colaboradores e/ou qualquer pessoa relacionada direta ou indiretamente com a **CONTRATADA** está sob investigação administrativa ou foi denunciada pelo Ministério Público por atos contrários a estas leis.

**30.2** A **RGE** declara que:

- i) O **CONTRATO** não constitui procuração ou mandato, de forma que nenhum de seus representantes, procuradores, colaboradores e/ou qualquer pessoa relacionada direta ou indiretamente com a **CONTRATADA** ou de suas subcontratadas está autorizado a atuar em nome da **RGE**.
- ii) Poderá dar publicidade do teor do **CONTRATO** e dos fundamentos que permitiram a contratação, mediante determinação de autoridade pública.

**30.3** A **CONTRATADA** deverá notificar a **RGE**, por atos contrários à legislação anticorrupção, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação formal, acerca de:

- i) Instauração de Processo Administrativo de Responsabilização - "PAR", pela autoridade competente;
- ii) Decisão administrativa do PAR pela autoridade competente;
- iii) Propositura de ação judicial cível, pelas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes e pelo Ministério Público;
- iv) Condenação da **CONTRATADA**, na esfera cível;
- v) Denúncia, pelo Ministério Público, em face de representantes, procuradores, colaboradores e/ou qualquer pessoa relacionada direta ou indiretamente com a **CONTRATADA**, no âmbito do **CONTRATO**;



Uma empresa CPFL Energia



vi) Condenação de quaisquer representantes, procuradores, colaboradores e/ou qualquer pessoa relacionada direta ou indiretamente com a **CONTRATADA**, na esfera penal, no âmbito do **CONTRATO**;

**30.3.1** Nas hipóteses de decisão administrativa sancionadora ou condenação judicial transitada em julgado em face da **CONTRATADA** ou de quaisquer de seus representantes, procuradores, colaboradores e/ou qualquer pessoa relacionada direta ou indiretamente com a **CONTRATADA**, por atos contrários à legislação anticorrupção, a **RGE** poderá exigir que a **CONTRATADA** contrate, às suas expensas, uma das quatro maiores empresas de auditoria do país, à época dos fatos, para verificar se o ilícito impactou, de alguma forma, contratos firmados com empresas controladas pela **RGE Energia S.A.**, incluindo a própria *holding*.

**30.3.1.1** Sendo comprovado o impacto no âmbito do **CONTRATO**, pela empresa de auditoria contratada, a **CONTRATADA** deverá pagar multa no valor da última fatura emitida pela **RGE** em razão da ocupação objeto do **CONTRATO**, sem prejuízo de arcar com eventuais perdas e danos a que der causa.

**30.4** A **RGE** terá o direito de resolver o **CONTRATO**, sendo a **CONTRATADA** responsável pelas perdas e danos a que der causa, sem prejuízo de responder por penalidades previstas nas leis aplicáveis, se durante a vigência do **CONTRATO**:

- i) A **CONTRATADA** não cumprir plenamente os itens descritos nesta cláusula;
- ii) For comprovado o impacto de algum contrato firmado com a **RGE**, nos termos da cláusula 21.4.1.1.
- iii) Houver decisão administrativa sancionadora ou condenação judicial transitada em julgado em face da **CONTRATADA**.

## 31. eSOCIAL

**31.1.** A **OCUPANTE** se compromete a realizar, mensalmente, os lançamentos de todas as informações obrigatórias, de cada um de seus empregados, no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas ("eSocial"), instituído pelo Governo Federal, por meio do Ato Declaratório Executivo n.º 5, em 17 de Julho de 2013, a partir do primeiro dia útil em que o eSocial se tornar obrigatório, referentes, mas não se limitando, aos: (i) pagamento de salários; (ii) aviso de férias; (iii) controle de ponto; (iv) recolhimento de INSS; (v) emissão da guia de contribuição previdenciária; (vi) comunicação de acidente de trabalho; (vii) recolhimento de FGTS; (viii) segurança e medicina do trabalho etc.

**31.2.** A **OCUPANTE**, deverá comprovar à **RGE** o lançamento de todas as informações obrigatórias no eSocial, em prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da solicitação formal.

## 32. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

**32.1.** A **OCUPANTE** declara expressamente, por ocasião da assinatura deste instrumento, ser empresa autônoma e comercialmente independente da **RGE**. Deste modo, será de exclusiva responsabilidade da **OCUPANTE** o pagamento dos salários, encargos trabalhistas, previdenciários e relacionados à prevenção de acidentes do trabalho de seus funcionários, subcontratados e representantes.



Uma empresa CPFL Energia

**32.2.** O presente **OCUPANTE** não caracteriza qualquer vínculo empregatício entre os funcionários e representantes da **OCUPANTE** com a **RGE**, ou entre a **RGE** e a **OCUPANTE**.

**32.3.** A **OCUPANTE** será a única e exclusiva responsável por quaisquer reclamações e/ou ações movidas por seus empregados, devendo manter a **RGE** isenta de toda e qualquer responsabilidade relativa e/ou decorrente de tais reclamações e/ou ações. Não obstante, havendo qualquer reclamação de cunho trabalhista contra a **RGE**, a qualquer tempo, envolvendo empregado, ex-empregado, subcontratado ou representante da **OCUPANTE**, a **OCUPANTE** desde já concorda e se compromete a comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua condição de única e exclusiva empregadora, bem como a fornecer à **RGE** toda e qualquer documentação por esta solicitada, que seja necessária para garantir a adequada e ampla defesa da **RGE** em juízo.

**32.4.** Sem prejuízo do acima disposto, na hipótese de a **RGE**, por qualquer razão, vir a ser responsabilizada por quaisquer obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias decorrentes e/ou relativas a qualquer relação entre a **OCUPANTE** e os empregados, subcontratados e representantes desta, a **OCUPANTE** deverá ressarcir integralmente a **RGE** por todas e quaisquer despesas, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais, decorrentes de tais reclamações e/ou ações.

### **33. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

**33.1.** A **OCUPANTE** deverá observar rigorosamente todas as exigências legais federais, estaduais e municipais relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho, particularmente aquelas pertinentes à Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e todas as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela PORTARIA n.º 3.214 de 8 de Junho de 1978. Além desta observância, igualmente deverá obedecer a todas as normas, instruções, especificações e outras solicitações pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho indicado pela **RGE**, em complementação ou detalhamento, visando à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais ou do trabalho, particularmente as que fazem **PARTE** do documento "Diretrizes de Segurança do Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviços", cujos termos fazem **PARTE** integrante do **CONTRATO**, como se aqui estivessem transcritos, com exceção daquilo que manifestamente tiver sentido contrário ou divergente às condições aqui consignadas.

**33.1.1.** Os critérios e procedimentos específicos estão descritos no Documento n.º 2849 (Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED), com Título "**CONTRATO** e diretrizes de segurança e saúde do trabalho para empresas contratadas", está disponível no site do Grupo CPFL em Especificações Técnicas, no endereço: <https://www.cpfl.com.br/institucional/fornecedores/Paginas/default.aspx>

### **34. MEIO AMBIENTE**

**34.1.** Na execução de qualquer atividade solicitada pela **RGE**, a **OCUPANTE** deve observar rigorosamente todas as exigências da licença de instalação (LI), exigências legais federais, estaduais e municipais relativas ao meio ambiente, bem como os termos e condições do Documento n.º 5.656 (Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED) - "Diretrizes Ambientais para empresas contratadas", cujos termos fazem **PARTE** integrante do **CONTRATO**, como se aqui estivessem transcritos, com exceção daquilo que manifestamente tiver sentido contrário ou divergente às condições aqui consignadas. O Documento n.º 5.656 acima referido está disponível no site da **RGE** em Normas Técnicas, no endereço:



Uma empresa CPFL Energia



<https://www.rge-rs.com.br/atendimento-a-consumidores/orientacoes-tecnicas/publicacoes-tecnicas/Paginas/normas-tecnicas.aspx>

### 35. DO ACERTO DE CONTAS

**35.1.** Com exceção das Cláusulas específicas previstas no **CONTRATO**, que estabelecem a forma de pagamento da **OCUPANTE** à **RGE**, caso existam valores devidos pela **OCUPANTE** à **RGE**, em razão e nos termos do **CONTRATO**, a **RGE** poderá efetuar a cobrança no documento de cobrança referente ao mês subsequente ao do fato gerador do ressarcimento ou emitir documento de cobrança específico, conforme o caso, desde que a **OCUPANTE**, após notificada pela **RGE**, não regularize o pagamento ou pendência, no prazo concedido.

**35.2.** A **RGE** poderá protestar o nome da **OCUPANTE** e/ou tomar as medidas que entender cabíveis caso o pagamento não seja efetuado pela **OCUPANTE**, podendo, inclusive, resolver o **CONTRATO**.

### 36. DAS COMUNICAÇÕES E GESTORES DO CONTRATO

**36.1.** O **CONTRATO** será gerido internamente pelas **PARTES**, sendo que cada **PARTE** nomeou os seguintes **GESTORES DO CONTRATO** abaixo identificado:

GESTOR TÉCNICO DO CONTRATO DA RGE	GESTOR TÉCNICO DO CONTRATO DA OCUPANTE
Núcleo de Projetos	Rodrigo Botelho Machado
DRLD – Liderança Obras e Projetos	Gerente de Infraestrutura e Manutenção da Planta
tecnicoleste@rge-rs.com.br npcentro@rge-rs.com.br	rodrigo.machado@telebras.com.br
Rua Mário de Boni, 1902, Bairro Floresta, CEP 95012-580, Caxias do Sul/RS	(61) 2027-1611 SIG, quadra 04, bloco A, salas 201 à 224, Ed. Capital Financial Center, Setor de Indústrias Gráficas, CEP 70.610-440, Brasília/DF

GESTOR COMERCIAL DO CONTRATO DA RGE	GESTOR COMERCIAL DO CONTRATO DA OCUPANTE
Bruno da Silva Bem	Péricles Augustus Barbosa Povoá
Gerência de Recuperação de Receitas-RCRR	Gerência de Infraestrutura e Manutenção da Planta - GIMP
rgecompartilhamentodepostes@cpfl.com.br bruno.bem@cpfl.com.br	pericles.povoaa@telebras.com.br
(51) 3590-7432 / (51) 3316-1401	(61) 2027-1625
Av. São Borja, 2801, Bairro Fazenda São Borja, CEP 93032-525, São Leopoldo/RS	SIG, quadra 04, bloco A, salas 201 à 224, Ed. Capital Financial Center, Setor de Indústrias Gráficas, CEP 70.610-440, Brasília/DF



Uma empresa CPFL Energia

**36.2.** Todas as notificações, intimações ou comunicações inerentes ao **CONTRATO**, somente produzirão efeito vinculante se forem realizadas por escrito e enviadas, seja por carta registrada, via fac-símile ou, ainda, por correio eletrônico com aviso de recebimento.

**36.2.1.** As **PARTES** expressamente acordam que a comunicação efetuada por correio eletrônico será considerada válida e aceitável como um documento escrito e assinado. Um código de identificação (UserID ou ID de usuário) contido em um documento eletrônico será considerado suficiente para verificar a identidade da remetente.

**36.2.2.** As comunicações serão consideradas entregues 1 (um) dia útil após ocorrer o primeiro evento entre: (i) o dia do recebimento, se entregue pessoal ou eletronicamente; (ii) o dia em que a assinatura de aceitação, quando cabível, é obtida; ou (iii) a data de entrega evidenciada pelo retorno do protocolo de recebimento de correio ou correio eletrônico. .

**36.2.3.** As comunicações de rotina deverão ser enviadas aos respectivos **GESTORES DO CONTRATO** ou para endereços de e-mails informados por estes, para o endereço originalmente aqui consignado ou para qualquer outro endereço que as **PARTES** venham a designar mediante notificação escrita, enviada à outra **PARTE**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**36.3.** É de inteira responsabilidade da **OCUPANTE** manter atualizados os dados para contatos no cadastro da **RGE**, para viabilizar a comunicação necessária entre as **PARTES**. A **RGE** não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por falhas na comunicação com a **OCUPANTE** em razão de cadastro desatualizado e/ou informações incorretas dos contatos.

**36.4.** Caso a **OCUPANTE** tenha gestores regionais, deverá informar os seus dados e contatos para **RGE**, e, mantê-la atualizada em caso de quaisquer alterações.

## **37. DOS MEIOS DE PROVA E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**37.1.** As **PARTES** acordam que serão considerados como meios de provas quaisquer dos meios abaixo, para comprovação da irregularidade da **OCUPANTE** que der causa à retirada, amarração provisória ou qualquer outra providência que se fizer necessária por parte da **RGE** para regularização da ocupação da **OCUPANTE**:

- (i) Fotos oriundas de quaisquer equipamentos e/ou scanners, incluindo, mas não se limitando a celulares, tablets, notebooks, máquina fotográfica, drone, etc.; e/ou
- (ii) **TERMO DE CONSTATAÇÃO.**

**37.2.** As **PARTES**, desde já, acordam que em caso de controvérsia relativa a qualquer tema relacionado ao compartilhamento de infraestrutura objeto do **CONTRATO**, envidarão seus melhores esforços para solucioná-la amigável e extrajudicialmente, inclusive, se comprometem em realizar reunião presencial, em sendo necessário. No entanto, caso não seja possível se chegar em um consenso amigável, as **PARTES** se comprometem em ingressar, primeiramente, na Comissão de Resolução de Conflitos, observado o rito previsto na Resolução Conjunta ANEEL e Anatel n.º 002/2001.



Uma empresa CPFL Energia

185

**37.3.** Uma controvérsia se inicia com a Notificação de Controvérsia de uma **PARTE** à outra.

**37.4.** Caso ocorram controvérsias relativas e/ou decorrentes do **CONTRATO**, as **PARTES** se comprometem a buscar Solução da Controvérsia amigavelmente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do encaminhamento pela **PARTE** interessada à outra **PARTE** de Notificação de Controvérsia.

**37.4.1.** Na hipótese de causa da controvérsia possuir prazo próprio de solução, previsto em outra cláusula do **CONTRATO**, deverá ser respeitado o prazo naquela estipulada, para Solução da Controvérsia.

**37.5.** Não sendo possível a solução da controvérsia, nos termos da Cláusula acima, quaisquer das **PARTES** poderá tomar as medidas que entender cabíveis.

### **38. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**38.1.** A utilização da **INFRAESTRUTURA**, nas condições estipuladas no **CONTRATO** não implicará, de modo algum, em servidão de uso, e tampouco caracterizará direito real em favor da **OCUPANTE**.

**38.2.** Em nenhuma hipótese, na execução do **CONTRATO**, poder-se-á estabelecer a co-propriedade das **PARTES** sobre qualquer ativo empregado.

**38.3.** A **INFRAESTRUTURA** da **RGE** poderá, também, ser utilizada por terceiros, com a mesma finalidade ou não, em caráter permanente ou temporário, a critério exclusivo da **RGE**. A **OCUPANTE**, em nenhuma hipótese, terá a exclusividade sobre o objeto do **CONTRATO**.

**38.4.** A abstenção pelas **PARTES** do exercício dos direitos que lhe são assegurados no **CONTRATO** não será considerada novação ou renúncia.

**38.5.** Fica acordado entre as **PARTES** a confidencialidade do **CONTRATO**, permitida sua divulgação apenas com a anuência expressa da outra **PARTE**, ressalvada a hipótese de requerimento de informações pelos órgãos públicos competentes.

**38.6.** As cláusulas e condições do **CONTRATO** prevalecerão em relação a quaisquer outros acordos verbais ou escritos que contrariem seu teor e que tenham sido ajustados anteriormente à data de sua assinatura.

**38.7.** Na hipótese de qualquer disposição do **CONTRATO** ser declarada nula ou ilegal, de conformidade com a legislação em vigor, a cláusula em questão será havida como não escrita, não invalidando, todavia, a eficácia e exequibilidade das demais disposições aqui contidas. Na ocorrência do evento aqui previsto, a cláusula declarada nula ou ilegal será substituída por outra que conduza às **PARTES** ao mesmo resultado econômico ou jurídico almejado, de modo a prevalecer a função social do **CONTRATO**.

**38.8.** O **CONTRATO** vincula as **PARTES**, bem como seus sucessores a qualquer título, ao cumprimento das obrigações pactuadas, podendo, em razão do seu inadimplemento, se constituir em título executivo extrajudicial, nos moldes estatuídos pelo Novo Código de Processo Civil.

**38.9.** Cada uma das **PARTES** declara, garante e concorda, reciprocamente, que a celebração,



Uma empresa CPFL Energia

outorga e execução do **CONTRATO** foi devidamente autorizada pelos seus legítimos representantes legais, na forma dos seus respectivos documentos societários, sendo que o fornecimento de eventual informação inverídica, incompleta ou inidônea será considerado infração aos princípios da informação e boa-fé contratual, respondendo a **PARTE** que assim as prestou civil e criminalmente, restando claro que o **CONTRATO** constitui obrigação legal, válida e vinculante entre as **PARTES**.

**38.10.** Fica vedado à **OCUPANTE** transferir ou ceder, mesmo que parcialmente, os direitos e obrigações assumidos no **CONTRATO**, salvo se mediante anuência prévia e expressa da **RGE**, sob pena de resolução do **CONTRATO**.

**38.11.** O **CONTRATO** é reconhecido pelas **PARTES** como título executivo extrajudicial, nos termos do Novo Código de Processo Civil.

**38.12.** Fica estabelecido que o **CONTRATO** deverá ser adequado por ocasião de legislação superveniente expedida pelo Poder Público, bem como na ocorrência de fato superveniente que justifique a alteração.

**38.13.** Fica eleito o foro de Brasília/DF, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais questões relativas ao **CONTRATO**.

E por se acharem assim justas, as **PARTES** assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias e para um só efeito, na presença das testemunhas nomeadas e assinadas.

Brasília/DF, 24 de Julho de 2018.


PELA RGE:

  
**Daniel Carvalho Pinto**  
Gerente de Recuperação de Receitas  
CPF: 294.609.838-98

  
**Ronaldo Borges Franco**  
Gerente de Gestão de Energia e Receita  
CPF: 434.813.296-87

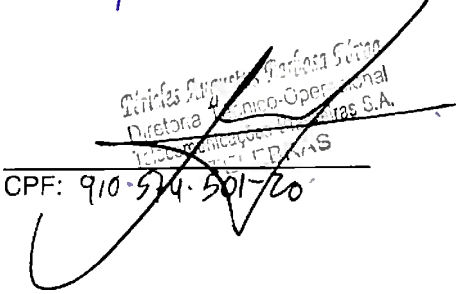
PELA OCUPANTE:

  
**Paulo Ferreira**  
Diretor Administrativo-Financeiro  
CPF: 068.278.888-00

  
**Roberto Pinto Martins**  
Diretor Técnico-Operacional  
CPF: 129.627.321-00

TESTEMUNHAS:

  
**Bruno da Silva Bem**  
CPF: 029.397.720-88

  
**Dirlees Supriety Garbosa Sá**  
Diretora Técnico-Operacional  
CPF: 910.574.501-20